

NUM PROCESSO AINDA POUCO PRODUTIVO

OITAVA RONDA NEGOCIAL COMPLETA HOJE TRINTA DIAS

por Tomás Vieira Mário, enviado especial da AIM em Roma

Completa-se hoje exactamente um mês desde que a oitava ronda das negociações de paz entre o Governo e a Renamo foi aberta em Roma. Que perspectivas?, esta a pergunta que se põe, passados trinta dias. Foram trinta dias de um diálogo silencioso, que não deixou outra marca senão o protocolo de princípios fundamentais rubricado a 18 de Outubro.

Nem em trinta dias foi possível satisfazer pelo menos metade das expectativas dos moçambicanos, que

No âmbito da SADCC

Moçambique vai formar 55 gestores agrários

Dois cursos de formação de gestores, agrários, para cerca de 55 elementos, terão lugar no país, o primeiro no próximo ano e o segundo em 1993, inseridos no programa de formação de SADCC relativo à extensão rural.

O facto foi revelado ao "Notícias" por Dâmaso Mabuso, do Ministério da Educação, à margem do seminário anteriormente realizado em Maputo para o debate de problemas relacionados com a formação e gestão do sector agrário do país, no âmbito da SADCC.

Aquele quadro do Ministério da Educação, que faz parte do Conselho Regional da SADCC para o sector de formação agrária, revelou ainda que no seminário foram discutidas questões relacionadas com os conteúdos dos dois cursos, bem como a identificação dos grupos populacionais a envolver.

Segundo Dâmaso Mabuso estes cursos contrairão com o apoio do Centro Agrário de Mananga, da Suazilândia, que é uma instituição internacional de desenvolvimento da gestão, orientada para o apoio técnico do sector agrícola dos países em via de desenvolvimento.

Dados obtidos, ainda à margem do seminário, referem que o Centro Agrário de Mananga, cujos técnicos orientaram já diversos cursos do género em quase todos os países da SADCC, é a única instituição na região austral de África, especializada na gestão agrária.

Ao longo deste ano, o Centro apoiou a realização de cursos semelhantes no Botswana, Zâmbia, Suazilândia e Lesoto.

esperavam ver o Governo e a Renamo concluírem acordos finais sobre as regras a serem obedecidas no futuro político multipartidário do país: lei dos partidos e lei eleitoral.

Ficou demonstrado que o optimismo expresso pelos mediadores no início da ronda era mais uma resposta a uma forte pressão pública do que algo baseado em premissas consistentes.

Há já mais de duas semanas que as discussões em torno da lei dos partidos políticos se arrastam sem quaisquer acordos, num esquema de trabalho caracterizado por quebras sucessivas. Em termos de tempo real de trabalho, pode dizer-se que por semana só três a quatro dias são efectivamente aproveitados.

Num esquema de trabalho que ainda consiste basicamente em deslocações dos mediadores aos hotéis onde cada delegação está hospedada, será sistemático notar que nas últimas duas semanas o Governo e a Renamo apenas tiveram duas sessões plenárias.

Como em todas as rondas anteriores, no início da abordagem de um tema cria-se sempre a ideia de que o clima é "construtivo" ou "positivo", mas à medida que se procuram entendimentos em torno das questões concretas, o optimismo é substituído pelo ceticismo.

As partes entram, sistematicamente, num desgastante exercício de troca desenfreada de propostas e de contra-propostas, assumindo, amiúde, posições cada vez mais extremadas, por vezes no momento em que tudo parece reunido para um acordo final.

Os debates em torno do ponto relativo aos princípios para a formação dos partidos políticos devem já ter levado à produção de meia dúzia de propostas, respostas e sugestões de síntese dos mediadores nas últimas duas semanas.

Em termos de uma tentativa de

avaliação crítica do esquema de trabalho, os esforços de mediação mantêm-se inquestionáveis, apesar de que parte significativa das interrupções tem sido motivada por saídas de partes dos mediadores, ausentando-se de Roma.

Mas já se tornou suficientemente claro que só um esquema de trabalho que exerça uma maior pressão sobre os dois beligerantes poderá lograr quebrar as crónicas letargias que continuam a caracterizar este processo.

Porque torna-se efectivamente óbvio um jogo de tempo em Roma, seguindo os calendários políticos de cada parte. Para o Governo, que teme pelo desgaste da sua imagem, o acordo de cessar-fogo deveria ser assinado tão depressa quanto possível, salvaguardadas, claro está, as necessárias garantias de uma plena transição até às eleições gerais.

Por seu lado, a Renamo, essa, necessita de tempo. Tempo suficiente para se organizar, para fazer a sua imagem interna e externamente. Tempo que lhe permita um exercício político susceptível de lhe trazer algum reconhecimento moral, através, e usando, entre outros meios, exactamente um diálogo mais prolongado com o Governo em Roma.

As visitas "privadas" do Presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, por alguns países europeus, designadamente Portugal, surgem exactamente nessa linha: um esforço de imagem que necessita de tempo, e pelo qual a Renamo se vem batendo desde particularmente finais do ano passado.

Para todos os efeitos, temos para nós que o processo de paz moçambicano continua difuso e penoso, ou, para usar a expressão de Jeffrey Davidow, Subsecretário de Estado-Adjunto americano para os Assuntos Africanos, "carece de

transparência". Isto equivale a dizer que poucos observadores terão, neste momento, termos claros, para precisar o que vai suceder nos tempos mais próximos.

Mas parece provável que um esquema acomodando participações mais activas dos Estados Unidos, da Comunidade Económica Europeia — que será presidida por Portugal a partir de Janeiro próximo — venha a ser estabelecido.

O que é difícil de dizer é se os moçambicanos vão atravessar o ano em paz ou ainda com novos "Lalauas".